

JUSTIÇA
CIDADANIA &

CPis :
INTERPRETAÇÃO E SÍNTESE

MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE

O COMANDANTE DAS ELEIÇÕES DE 2004

Editorial: Reforma Tributária

O QUE NOS SEPARA E O QUE NOS UNE

Desembargador Miguel Pachá

Depois que deixou a Presidência da República (1950), o Marechal Dutra, sempre preocupado em cumprir a Constituição, se transformou em reserva moral da nação. Sempre que as instituições periclitavam, corriam para ouvi-lo o que, pelo menos, baixava a temperatura geral. Antes, no tempo do Segundo Reinado (1840-89) para isso servia o imperador com sua barba de velho eterno, seus trajes de enterro, seu jeitão de professor de Liceu: fazia o bombeiro nas crises do regime. Não temos mais nem um nem outro. Hoje, para desarmar os espíritos exacerbados pela proposta da reforma da Previdência, a reserva moral e o poder moderador são tarefas de homens de juízo encontráveis, felizmente, nos três poderes, cujo equilíbrio sustenta a República.

O monopólio da verdade é o princípio da intolerância – diriam o ex-presidente e o ex-imperador. Parece certo que a proposta do governo é ruim. Ruim para quem? Para o andar de baixo. Já não falemos da taxa dos inativos e da situação dos pensionistas. O nó da proposta do governo, é que, ao degradar o serviço público, aumentará o desamparo em que sempre esti-



veram os pobres. Não é especulação pessimista.

Temos um exemplo recente: a compressão salarial da professora primária aviltou a escola pública gratuita e universal – fundamento da democracia moderna desde Condorcet. Nossa escola pública foi de boa a regular no passado, quando a professora ga-

nhava bem e se aposentava com “vantagens”. Vestida de azul e branco /trazendo um sorriso franco/ no rostinho encantador... Nelson Gonçalves cantava a professorinha que alfabetizou duas gerações de brasileiros. Um César Lattes, uma Nize da Silveira, um Darcy Ribeiro, um Cartola se instruíram na escola pública

gratuita e universal criada pela Constituição de 1934. Em que se transformaram a escola e a professorinha? Os vetores dessa triste decadência foram o achatamento salarial das professoras e, em consequência, a proliferação das escolas normais privadas que se aproveitaram do vazio do Estado. Ninguém com boa formação, hoje, quer vestir azul e branco e quem insistir nesta idéia corre para o normal particular. Não veste azul e branco e embora possa ter rostinho encantador não tem sorriso franco. Eis por que, basicamente, é ruim a reforma pretendida pelo governo: tira dos pobres, diretamente, em curto prazo, e voltará a tirar dos pobres indiretamente, em longo prazo.

Argumenta-se que a reforma corrigirá privilégios e vencimentos abusivos. Onde e como? Não está na sua letra, embora possa estar na sua intenção. O fato é que a reforma ao invés de separar o joio do trigo, como ensinava a parábola, mistura os dois – os que ganham muito com os que ganham pouco, os que trabalham quase nada com os que trabalham além da conta, os que botam pijama ainda jovens e os que (no dizer popular) só conhecerão pijama de madeira. Racionamos acima com a falência do ensino básico. Racionemos agora com a justiça básica, a estadual, que lida com os mais pobres, os desclassificados (no Brasil, pertencer a uma classe, mesmo à operária industrial, é um privilégio) e os despossuídos (de terra, de teto, de assistência médica, etc).

No ano de 2002, 1.054.436 ações ajuizadas no Estado do Rio no 1º grau. Destas, 262.378 provêm dos direitos dos consumidores e são apreciadas pelos 110 Juizados Especiais Cíveis que garantem acesso fácil, gratuita-

des, agilidade e eficiência. Além destas, só na Comarca da Capital foram ajuizadas em 2002 nas Varas de Família 15.942 ações gratuitas. Outras 2.654 demandas, também gratuitas, garantem através de liminares o fornecimento de medicamentos àqueles que não possuem condições de pagar os tratamentos necessários.

Há um déficit de 155 juizes no Rio de Janeiro, aproximadamente 25% de um total de 763 cargos de magistrados, levando-os a se desdobrarem, inclusive em regime de plantão durante 24 horas para que a Justiça não falte a quem mais dela necessita.

DE NOSSO PUNTO DE VISTA, A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO PARECE RUIM

A idade média dos juizes em atividade hoje em nosso estado é 40 anos, dos desembargadores 60 anos, e dos membros do Órgão Especial, 66. O tempo médio atual de serviço de um juiz do Rio de Janeiro é 19 anos, de um desembargador, 43 anos, de um membro do Órgão Especial, 47 anos. Nesse momento, contam tempo para se aposentar 15% dos juizes, 89% dos desembargadores, 100% dos membros do Órgão Especial. Cai, assim, por terra, quando se vai aos números, um dos argumentos da reforma: o pouco trabalho desempenhado pelos magistrados. Caíram também os que se referem a privilégios de vencimentos e sua irre-

ditabilidade, de integralidade, de vitaliciedade, de inamovibilidade e outros – indispensáveis ao exercício da missão jurisdicional.

De nosso ponto de vista, a reforma da Previdência do Governo parece, com efeito, ruim. O Governo, do seu ponto de vista, insiste em apresentá-la como boa. Por que Executivo, Legislativo e Judiciário não se sentaram para negociar? Por que se meteram nesse beco sem saída, nesse cabo-de-guerra em que só ganham os intolerantes e donos da verdade? Já vimos este filme, ele se chama Coveiros da Democracia e sabemos quem morre no fim.

Conta-se que trouxeram, certa vez, a Salomão, rei dos hebreus, duas mulheres brigando por uma criança. Sem ouvi-las, sem autorizá-las a constituir advogado, sem acenar com possibilidade de recurso, ele se preparou para cortar a criança em duas, uma para cada parte. A primeira mulher comemorou a sábia sentença, a segunda caiu de joelhos pedindo-lhe que entregasse, então a criança à outra: perdia-a, mas a queria viva. Na questão da reforma da Previdência, não pode o Governo nem o Judiciário proceder como aquela primeira mulher: ou tudo ou nada. Nem tampouco como a segunda: diante da ameaça terrível, cedeu tudo.

É necessário que alguém, investido como nós, de representatividade coletiva, venha conchamar os muitos homens de juízo dispersos pelos três poderes da República a retomarem o diálogo que se evaporou, nos últimos dias, com a subida de temperatura. Pouca coisa nos separa, muitas nos unem.

Presidente do TJ/RJ